



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
18 DE OUTUBRO DE 2016

N.º 21/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

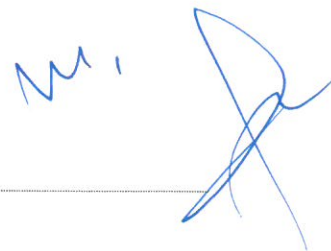
SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
1 – Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal	4
2 – Associação de Municípios da Rota da EN2 - Projeto de Resolução da Assembleia da República.....	4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016.....	5
2 – Criação de dois novos Sistemas Multimunicipais por cisão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal – Parecer	7
3 – Município de Bragança – Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estrada Nacionais e Regionais – Apresentação de Moção.....	10
4 – Loteamento Sol Nascente - Venda de Lotes de Terreno – Hasta Pública.....	11
5 – Venda de terreno em Balôta - Fontes- Alberto Gouveia.....	13
6 – Aquisição de viatura marca Toyota Dyna 280 – Matrícula 98-79-RS – Proprietário: Casa do Douro.....	14


DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Serviços de Tesouraria

7 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de setembro a 13 de outubro de 2016	15
--	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Pedro Afonso Rocha Borges – União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane.....	16
--	----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

- 9 – Aprovação de Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas do Concelho de Santa Marta de Penaguião e Atribuição de um Subsidio aos Alunos do Quadro de Excelência..... 18

Serviço do Desporto

- 10 – Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira 19

Serviço da Ação Social

- 11 – Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2016/2017..... 20

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião..... 20



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal


----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal, propôs aos restantes membros do Executivo a realização de uma reunião extraordinária para o próximo dia 28 de outubro, pelas 10:00 horas, com dispensa das formalidades constantes do n.º 2 do artigo 41.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Associação de Municípios da Rota da EN2

- Projecto de Resolução da Assembleia da República

----- 2 – O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, informou o Executivo que relativamente à Estrada Nacional n.º 2, à Assembleia da República em sua sessão plenária realizada no dia 14 do corrente mês aprovou, por unanimidade, dois projetos de resolução que recomendam ao Governo a valorização da Estrada Nacional n.º 2: i) consagrando-a como um espaço simbólico da unidade e da integração nacional e, no âmbito das opções de desenvolvimento regional, uma prioridade para a intervenção, ao longo dos próximos anos, nos universos da segurança, da sinalização, da criação de pontos de descanso, da valorização das interligações, a determinar pelos departamentos de infraestruturas do Estado em ligação com as autarquias locais; ii) A criação de núcleos de interpretação que promovam a identificação da sua importância, sempre em articulação com as Entidades Regionais de Turismo e a definição de uma estrutura de contacto entre o Governo e os Municípios, que coordene a intervenção e promova a afetação de recursos." -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de setembro de 2016: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 14 de junho de 2016 - Aprovada, por maioria. -----

----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 1.3 – Propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pelos Grupos de Cidadãos “Fazer Mais pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”: -----

----- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Lourenço - Aprovado, por unanimidade, com aclamação. -----

----- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Benjamim Manuel Lopes Soares - Aprovado, por unanimidade, com aclamação. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre a adesão do Município de Santa Marta de Penaguião como associado da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial (alínea n), n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 19 de julho de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 – Deliberar sobre a aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea b), n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do



Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação e alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8-A/2012, de 21 de fevereiro - Deliberação da Câmara Municipal de 6 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a Fixação da Participação Variável no IRS/2017 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conjugação com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) -Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.5 - Deliberar sobre a Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2017 (n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

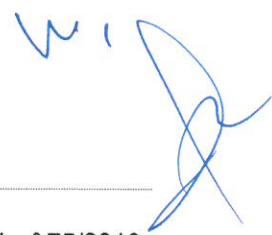
----- Ponto 2.6 - Deliberar sobre a Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2017, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1 do artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, em conjugação com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 - Deliberar sobre a proposta de alteração do Regulamento e da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.8 - Deliberar sobre a proposta do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.9 - Deliberar sobre a proposta do Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais de Transportes Coletivos do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.10 - Deliberar sobre a proposta do Regulamento de Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados em Condições Habitacionais Comprovadamente Desfavoráveis do



Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.11 - Deliberar sobre a proposta do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.12 - Deliberar sobre a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e respetivos contratos interadministrativos no âmbito dos transportes escolares (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.13 - Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Sever, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.14 – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Alvações do Corgo, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de setembro de 2016) - Aprovado, por unanimidade.” -----

----- **Deliberação: Tomar Conhecimento.** -----

**Criação de dois novos Sistemas Multimunicipais por cisão
do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e
Saneamento do Norte de Portugal – Parecer**

----- 2 – Presente à reunião o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 11 do corrente mês de Outubro, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos de ratificação nos termos da mesma disposição legal, sobre a criação de



dois novos sistemas multimunicipais por cisão do sistema de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal, do seguinte teor: -----

----- “Através da comunicação de 23 de setembro, de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, foi solicitado a este município o parecer quanto: (i) à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, de dois novos sistemas multimunicipais: o sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e o sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto; (ii) à cisão da Águas do Norte, S.A., com a constituição, através do mesmo decreto-lei, da (nova) Águas do Douro e Paiva, S.A., e da (nova) SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.; e (iii) às consequentes alterações quer ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, quer ao capital social da Águas do Norte, S.A., constantes do projeto de decreto-lei também remetido. -----

----- Esta proposta agora apresentada, pretende “em cumprimento do Programa do Governo”, “criar o novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e o novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, em ambos os casos, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal”, não podendo, assim, obter a concordância deste município. -----

----- Com efeito, o Município de Santa Marta de Penaguião, em conjunto com os outros 18 municípios da CIMDOURO e com outros municípios do interior sempre reclamaram que os mais elevados custos de dimensão de mercado e de baixa densidade demográfica verificados nas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. deviam ser compensados com a introdução de mecanismos de correção tarifária e de racionalização e a eficiência das estruturas e respetivos processos. -----

----- Foi assim que quando o anterior Governo decidiu promover a agregação de sistemas - juntando sistemas do litoral e do interior, permitindo o aumento da escala e o aproveitamento de sinergias - estes municípios deram o seu acordo e congratularam-se com a decisão pois consideraram ter sido uma forma eficaz de promover a harmonização tarifária e simultaneamente assegurar a sustentabilidade económico-financeira, social, técnica e ambiental do sistema agregado, promovendo ainda a coesão territorial e a viabilização de investimentos futuros. -----

----- Ora, a proposta em apreço, ao desagregar as Águas do Norte, S.A., retirando-lhe os municípios do litoral vai conduzir a uma diminuição da escala da empresa e à cessação das sinergias entretanto obtidas o que terá, obviamente, um reflexo negativo na sustentabilidade económica e financeira da



mesma, podendo colocar em causa a viabilidade do restante sistema, o que se afigura como inadmissível. -----

----- Por outro lado, apesar de se prever a existência de uma componente tarifária acrescida (CTA) a ser paga à sociedade agregada e de transferências do Fundo Ambiental, destinadas a contribuir para a sustentabilidade do sistema agregado, os valores previstos não estão fundamentados em nenhum estudo de viabilidade pelo que é impossível prever se tais valores efetivamente compensam o aumento tarifário que resultará da cisão. -----

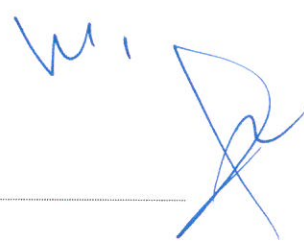
----- Acresce a isto que sendo a tarifa da Águas do Norte “calculada tendo em consideração o total das receitas esperadas em sede de CTA, bem como os apoios atribuídos pelo Fundo Ambiental” (que estão previstas nos anexos III e VII à proposta de decreto-lei e são crescentes até 2021) e que após 2021 não estão mais previstos os apoios em sede de decreto-lei, sendo a CTA “determinada pela ERSAR, nos termos da lei, devendo ser considerados os apoios atribuídos pelo Fundo Ambiental” e o apoio do Fundo Ambiental objeto de despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, não fica acautelada quer a estabilidade tarifária, quer o futuro e sustentabilidade da Águas do Norte, S.A.. -----

----- A concretização desta proposta é o primeiro passo para o regresso a uma arquitetura institucional pulverizada e heterogénea que irá recriar um mosaico de sistemas com falta de racionalidade e sem escala adequada. -----

----- Caminhar com segurança para patamares de sustentabilidade indiscutíveis implicaria, assim, que não se retrocedesse no essencial quanto ao que conduziu, num ambiente de carência de meios financeiros como é a situação atual, a uma maior eficiência produtiva e a um maior nível de eficiência económica. -----

----- Face ao exposto, comunique-se o parecer desfavorável do Município: (i) à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal; à cisão da Águas do Norte, S.A., e (iii) às consequentes alterações quer ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, quer ao capital social da Águas do Norte, S.A., constantes do projeto de decreto-lei remetido”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----



**Município de Bragança – Taxas de Servidão Agrícola a partir
de Estrada Nacionais e Regionais – Apresentação de Moção**

----- 3 – Presente à reunião ofício do Município de Bragança, registado sob o n.º 1966 de 6 de outubro do corrente ano, dando conhecimento da moção aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 28 de setembro do ano de 2016, relacionada com as Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estrada Nacionais e Regionais, que a seguir se transcreve: -----

----- “MOÇÃO -----

----- Revogação do artigo 63 da Lei 34/2015, de 27/04, e dos artigos 3.º, 4.º e 5.º da Portaria n.º 357/2015, de 14/10. -----

----- Pela Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, a Assembleia da República deliberou a aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso por estradas nacionais e regionais. -----

----- A regulamentação da aplicação destas taxas foi feita pela Portaria 357/2015, de 14/10 e, desde então, está em aplicação. -----

----- Estas medidas revela-se absolutamente injusta porquanto as propriedades agrícolas e respetivos acessos já lá estavam antes da construção das estradas sobre os caminhos existentes. Além disso, se, durante mais de 140 anos, nunca se pagaram taxas, até porque muitas das expropriações dos terrenos para as estradas nunca foram aos seus proprietários, revela-se uma injustiça a aplicação destas taxas. -----

----- Assim, propomos à AM de Bragança que aprove uma moção no sentido da revogação das normas relativas a estas taxas. -----

----- Mais solicitamos que esta moção seja enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Ministro que tutela a Infraestrutura de Portugal, a todas as Câmaras e Assembleias municipais, a fim de se criar um movimento nacional tendente à revogação da lei referida, designadamente o artigo 63º da Lei n.º 34/2015, de 27/04, e os artigos 3º, 4.º e 5.º da Portaria n.º 35/2015, de 14/10. -----



a) Henrique da Costa Ferreira.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, subscrever a moção do Município de Bragança relativamente à “Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estrada Nacionais e Regionais”.** -----

Loteamento Sol Nascente - Venda de Lotes de Terreno

– Hasta Pública

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A venda dos lotes de terreno do loteamento Sol Nascente, em Santa Marta de Penaguião, encontra-se definida no regulamento respectivo, aprovado pelo órgão deliberativo em 14 de Dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal, o qual define os procedimentos administrativos de alienação do direito de propriedade desses lotes em resultado da operação urbanística levada a efeito pelo Município. -----

----- De acordo com o artigo 5.º desse regulamento, os lotes são vendidos em regime de propriedade plena, por meio de concurso em hasta pública, nos termos e condições constantes do referido regulamento. -----

----- Considerando que por deliberação tomada em reunião do Executivo realizada em 16 de Setembro de 2014, foi aprovado o preço base da venda dos lotes e fixado o valor mínimo de cada lanço, conforme estabelecido no artigo 4.º daquele mesmo regulamento e que se encontram por alienar os lotes discriminados no quadro que segue: -----

N.º do Lote	Área do lote	Área de construção	Área de implantação	Logradouro	Destino dos lotes	Preço base
5	607 m2	264 m2	144 m2	463 m2	Habitação	25 797,50 €
6	593 m2	264 m2	144 m2	449 m2	Habitação	25 202,50 €



----- Considerando verificar-se a existência de interessados na sua aquisição, submete-se à apreciação do Executivo Municipal, no sentido de deliberar aprovar a abertura do concurso público para a venda em hasta pública dos referidos lotes, pelo preço base constante do referido quadro, sendo o valor mínimo de cada lanço, o fixado na reunião supra de 16 de Setembro de 2014, ou seja, de 5€." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de novo concurso em hasta pública dos lotes do Loteamento Urbano "Sol Nascente", em conformidade com o disposto no "Regulamento para Venda de Lotes para a Construção de Habitação, no Loteamento Urbano Municipal – Sol Nascente", bem como fixar o valor mínimo de cada lanço de 5,00€ (cinco euros). -----

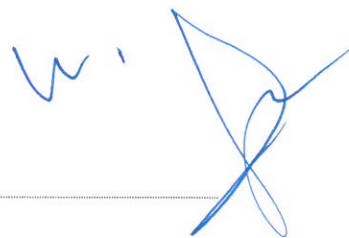
----- As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.^a Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, apresentação uma Declaração de Voto com o seguinte teor: -----

----- *"As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao ponto quatro da Ordem do Dia, Loteamento Sol Nascente – Venda de Lotes de Terreno – Hasta Publica, no seguimento da tomada de conhecimento da existência de uma ação Judicial relativamente ao deslizamento dos solos a montante do Loteamento Sol Nascente e da sua efetiva instabilidade, reforçaram, junto do Senhor Presidente, a necessidade do Município intervir no sentido de estabilizar as terras a montante e de garantir a segurança de pessoas e bens, na utilização dos lotes.* -----

----- *Data: Santa Marta de Penaguião, 18 de outubro de 2016.* -----

----- *As vereadoras: Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Maria Arlete Canário Taveira Costa Gouveia.*" -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, disse após a proposta da declaração de voto apresentada que a Câmara Municipal não tem responsabilidade de intervir no loteamento uma vez que as condições de construção estão previstas e regulamentadas no referido loteamento. -----



Venda de terreno em Balôta – Fontes – Alberto Gouveia

----- 5 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que em 26 de Janeiro de 1989 o Município celebrou com o Senhor Alberto Gouveia e sua esposa, Maria Fernanda Monteiro Ribeiro um contrato de compra e venda de uma parcela de terreno, sito na freguesia de Fontes do concelho de Santa Marta de Penaguião, parcela essa com a área de setecentos e quarenta metros quadrados, a desanexar do terreno onde se integra, que veio a confrontar do Norte com os vendedores, do Sul com a Sociedade Agrícola Lelo Portela, do Poente com os vendedores, do Nascente com caminho público das Regadas, terreno esse inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Fontes sob o artigo 1623, Secção B e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o nº 864 a folhas 55 do livro B3 e com a inscrição de aquisição a favor do vendedor nº 548 a folhas 86 do livro G-2; -----

----- Considerando que o terreno adquirido se encontra inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Fontes sob o artigo n.º 1.444 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 4633/20160905, da referida freguesia de Fontes, a favor deste Município; -----


----- Considerando que o referido contrato de compra e venda do terreno foi celebrado com a finalidade da implantação de uma fossa séptica para a rede de saneamento de Fontes, que o Município veio a consagrar, cujo funcionamento se prolongou por vários anos; -----

----- Considerando que atualmente a referida fossa séptica se encontra já desativada, pelo que a finalidade do referido contrato se frustrou por essa via, e o terreno em si considerado não constitui objeto de utilidade para o Município; -----

----- Considerando que o anterior proprietário demonstrou já ter interesse na aquisição do terreno, cuja fossa séptica foi implantada; -----

----- Considerando que constitui interesse de ambas as partes a celebração do negócio jurídico em que o Município transmite o terreno ao anterior proprietário e, sinalagmaticamente, este paga o preço convencionado pelas partes; -----

----- Considerando que satisfazendo as vontades que as partes pretendem outorgar será benéfico para o Município, uma vez que não tem qualquer interesse em manter na sua posse e propriedade



o referido terreno, pois não colhe dele qualquer utilidade, nem aquele se traduz de qualquer utilidade pública; -----

----- Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art. 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere no sentido de alienar o referido terreno ao seu anterior proprietário, Senhor Alberto Gouveia, pelo valor de 2.500,00€." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, alienar o terreno ao Senhor Alberto Gouveia, pelo valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --- A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, ausentou-se aquando da discussão e votação deste ponto.**

Aquisição de viatura marca Toyota Dyna 280 – Matrícula

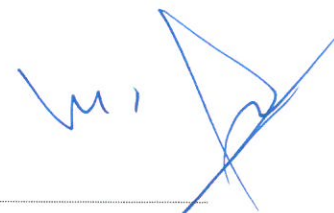
98-79-RS – Proprietário: - Casa do Douro

----- 6 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 19/2016, de 24 de Junho que aprovou o regime aplicável ao património da Casa do Douro, confiou a respetiva administração e gestão, durante o processo de regularização extraordinário, a uma Comissão Administrativa composta por um presidente e dois vogais, designados por despacho conjunto dos membros do governo competentes nas áreas da agricultura e das finanças, devendo ser privilegiadas, nessa designação, personalidades com ligação e conhecimento da Região Demarcada do Douro. -----

----- A nomeação da referida Comissão ocorreu no passado dia 4 de Julho último, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação n.º 8788/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 130 de 8 de Julho, à qual compete, entre outras funções, assegurar a administração do património da Casa do Douro. -----

----- Considerando que importa reforçar a frota automóvel do Município e tendo chegado ao nosso conhecimento que a Casa do Douro é proprietária de uma viatura marca Toyota Dyna 280, com a matrícula 98-79-RS, a qual se encontra estacionada nas instalações da Delegação daquela



Instituição em Santa Marta de Penaguião, em bom estado de conservação, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere nos termos da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar a aquisição do referido veículo automóvel pelo valor de 6.990,00€." ----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à aquisição de uma viatura marca Toyota Dyna 280, com a matrícula 98-79-RS, pelo valor de 6.990,00€ (seis mil novecentos e noventa euros), nos termos da alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS
Serviços Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de setembro a
13 de outubro de 2016**

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de setembro a 13 de outubro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	13/10/2016
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)	4 941 640,47
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	3 893 654,71
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	1 047 985,76
			(*) Compromissos	7 353 090,40
Receitas Orçamentais		5 310 438,64	Operações de tesouraria	311 636,02
Correntes	4 554 947,43		Saldo para o dia seguinte:	708 815,67
Capital	755 491,21		Execução orçamental	523 338,54
Operações de tesouraria		318 422,71	Operações de tesouraria	185 477,13
Total		5 962 092,16	Total	5 962 092,16

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Pedro Afonso Rocha Borges – União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

----- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor Pedro Afonso Rocha Borges, na qualidade de comproprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Pedro Afonso Rocha Borges, na qualidade de comproprietário, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- 1/3 indiviso do prédio rústico situado no lugar de Quinta da Serpe, Casarão e Bacelo, com a área de 40.963 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 100-A, da União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 575. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos,

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 21 de 18 de outubro de 2016

nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
100-A	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a ampliação do número de compartes no artigo infra na proporção de 1/12 avos a favor de: Ana Maria Vaz de Carvalho Martinho, Armindo Vaz de Carvalho Martinho, Rui Vaz de Carvalho Martinho e António Manuel Vaz de Carvalho Martinho. -----


----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a ampliação do número de compartes no artigo 100-A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável ao aumento de compartes requerido. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviços da Educação**

**Aprovação de Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de
Escolas do Concelho de Santa Marta de Penaguião e Atribuição
de um Subsidio aos Alunos do Quadro de Excelência**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando a educação um pilar fundamental para desenvolvimento humano, social e cultural, o Município de Santa Marta não poupa esforços para proporcionar a todas as suas crianças em idade escolar as condições essenciais para o acesso a uma educação e formação que se pretende de qualidade. -----

----- É certo que o processo educativo é uma competência repartida por vários agentes, e neste contexto o município sente a sua responsabilidade e por isso está sempre disposto a contribuir em tudo o que lhe for possível. -----

----- Assim, e para além dos apoios já atribuídos este ano, é chegada agora a hora de: -----


----- Renovar o Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas, através do qual se compromete a compartilhar as atividades definidas pelas escolas do ensino pré-escolar, do 1º, do 2º e do 3º Ciclos, através de uma verba a transferir para o Agrupamento que será o responsável pela sua gestão; -----

----- Atribuir 100€ (cem euros) a cada aluno que atingiu o mérito do quadro de excelência, relativamente ao ano de 2015/2016. -----

----- Considerando que visamos a melhoria do nosso sistema educativo, da nossa escola, procurando ser uma referência; -----

----- Considerando que o nosso objetivo é sermos a melhor escola do país e os anseios de cada um está em primeiro lugar ao alcance da capacidade de trabalho e luta dos mesmos. -----

----- Considerando que se deve começar sempre pela melhoria de condições de vida dos alunos, e que esta, nos dias de hoje, passa muito pela questão financeira. -----



----- Proponho ao executivo a aprovação do referido protocolo e da aceitação da atribuição dos valores aos 21 alunos propostos a quadro de honra e excelência." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 – A celebração do Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas para o ano letivo 2016/2017 e respetiva minuta, nos termos da proposta, bem como o encargo no valor de 5.450,00€ (cinco mil, quatrocentos e cinquenta euros); -----

2 – Atribuir 100€ (cem euros) a cada aluno que atingiu o mérito do quadro de honra e excelência, no ano de 2015/2016, no valor global de 2.100,00€ (dois mil e cem euros), nos termos da proposta. -----

A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, ausentou-se aquando da discussão e votação da atribuição de valores aos alunos propostos a quadro de honra e excelência. -----

Serviço do Desporto

Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 10 – Presente à reunião ofício da Associação Clube de Veteranos do Concelho de Santa Marta de Penaguião, a solicitarem uma comparticipação financeira para auxiliar nas despesas anuais, para a época 2016/2017, tendo em conta que é uma Associação tem como missão promover o desporto, no concelho e que a única receita é as quotas dos seus membros. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 500,00€ (quinhentos euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

Serviço da Ação Social

Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2016/2017

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, republicado a 29 de agosto de 2014, e de acordo com o definido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º do regulamento, no que se refere ao valor e número de bolsas de estudo a atribuir é fixado anualmente por deliberação da Câmara Municipal. -----

----- Assim, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar tanto o valor como o número de bolsas de estudo a atribuir para o ano letivo 2016/2017.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 50 (cinquenta) o número de bolsas de estudo, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), cada, para o ano letivo 2016/2017.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)